

CED - P. I. B.  
DATA 01.04.93  
COD. XVD 00101

JURUNA : UM LÍDER CONTRA O SISTEMA

A perspectiva de uma campanha vitoriosa para Mario Juruna, como postulante de um mandato parlamentar na Câmara dos Deputados e o fato consumado da sua eleição vem sendo objeto de especulações, notadamente quanto ao futuro desempenho do candidato. Parece que se tem desejado minimizar o fato - ímpar na história brasileira - de um índio conseguir disputar um cargo federal eletivo. Porém, o exercício da política para este chefe Xavante não é uma experiência recente, traz em sua bagagem uma história de lutas, vivida no seio da sua tribo de origem.

O sucesso da campanha de Juruna vem sendo explicado pelo fato / de sua candidatura ter conseguido catalizar uma massa eleitora inconformada e oposicionista, para a qual como índio seria apenas um símbolo, capaz de atrair o sufrágio dos descontentes para um partido pequeno e pouco estruturado como o PDT, ou de "irresponsáveis simpatizantes do exótico".

Tal perfil, delineado por algumas correntes políticas e por setores da sociedade civil, pouco ou nada se distingue da imagem estereotipada de Juruna, veiculada pelos órgãos e agentes que atuam na área/indígena. Estes tentaram elidir o seu papel de porta-voz e questionar a posição de líder reconhecido e respeitado em sua aldeia. Ele o é, não por assumir uma posição autoritária - inadmissível no contexto político indígena - mas por ter sabido conduzir corajosamente um movimento em favor dos direitos de sua tribo.

As aldeias Xavante, que constituem unidades autônomas e independentes, vivem um jogo político efervescente, envolvendo linhagens em disputa contínua. O poder dos líderes é, porém, relativizado por um conselho de homens influentes, onde são tratadas matérias de interes-

se do grupo. Os que são aceitos como chefes, surpreendentemente para nós, não têm poder: não há lugar, portanto, para um "ditador" indígena. A imposição da chefia pela força não é um recurso legitimável na dinâmica política Xavante e julgá-lo possível é operar uma transposição etnocêntrica de padrões da política ocidental para o meio tribal.

Se Juruna conseguiu se firmar como um chefe especialmente prestigiado isto se deve à sua atuação, juntamente com outros líderes igualmente jovens, pressionando as instâncias governamentais para regularizar uma Reserva de 180 mil ha. - encravada em uma região extremamente valorizada e cobiçada no leste-matogrossense - como também / para criar novas aldeias, que assegurariam definitivamente a ocupação do território duramente conquistado. Apesar de não ter recebido inicialmente apoio das agências de contato para organizar Namunkurá, sua aldeia, Juruna conseguiu fazê-la sobreviver com grande independência do assistencialismo oficial, graças à sua habilidade para estabelecer alianças dentro e fora da Reserva de São Marcos. Este foi o momento de consolidação de sua trajetória política, como chefe e herdeiro de uma tradição genuinamente tribal.

A mesma ótica que procura reduzir Juruna a uma figura acidental, atua também na avaliação dos seus eleitores, aos quais se atribui um atestado de "incompetência do voto". Rotular o eleitorado de Juruna de irresponsável é um meio cômodo de transferir a incompetência e a irresponsabilidade do sistema para lidar com a questão étnica.

A luta indígenista tem encontrado seus aliados naturais nas populações urbanas dos grandes centros, que são suficientemente sensíveis para identificar os problemas indígenas e se posicionarem a favor dos seus interesses. Daí ser compreensível que Juruna tenha se e legido no Rio de Janeiro e não no seu estado natal, Mato Grosso, onde a situação de fronteira mantém as relações entre índios e nacionais extremamente tensas.

O que esta leitura reducionista procura escamotear é o fato de

Mario Juruna ao combater tenazmente pelos direitos dos seus pares , corporificar um modelo de questionamento e oposição, um exemplo perigoso a ser seguido. Como parlamentar incomoda ainda mais, porque demonstrou a elegibilidade de elementos marginalizados pelo sistema, ao obter respaldo para continuar atuando no cenário político nacional.

É notável que a trajetória de Juruna, que o fez transcender os limites de uma chefia localizada e identificar-se com a problemática indígena mais ampla, levando-o a apoiar-se em forças da sociedade civil favoráveis à causa - ao invés de ser avaliada positivamente vem sendo interpretada como um movimento negativo, de perda de identidade.

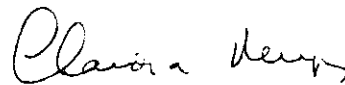
Do ponto de vista do sistema parece não haver saída: ou as lideranças indígenas consideradas "tradicionais" e "autênticas" permanecem circunscritas ao universo da aldeia e, portanto, "invisíveis" politicamente, obrigadas a conviver com os "capitães" fabricados pelas administrações governamentais - estes sim, sujeitos a crises de lealdade - ou são aniquiladas. Não é por acaso que a campanha sofrida por Juruna para impedi-lo de participar como jurado do Tribunal / Russell, tenha suscitado negociações para a reformulação do Estatuto do Índio e a movimentação indígena no sul e no nordeste, tenha tido como resposta o assassinato de dois líderes, Ângelo Cretã e Ângelo / Pereira Xavier.

Juruna e outros tantos chefes representam uma nova geração de líderes, forjados na luta por seus direitos e que amadureceram no esforço do convívio com a sociedade brasileira, o que lhes possibilitou uma compreensão bastante aguda dos meandros do funcionamento do sistema. Muito desta prática foi conquistada nas Assembléias Indígenas, organizadas com o apoio do CIMI. Esses encontros criaram um espaço de discussão e intercâmbio para as várias tribos, podendo ser considerados como primeira expressão do movimento indígena organizado no país.

O projeto de afirmação étnica dos grupos minoritários reflete

a mobilização que há dez anos vem congregando as populações índias de todo o continente americano, apesar da forte reação contrária. Não é difícil imaginar o porque desta oposição. Os movimentos emergentes / vêm apontando, cada vez mais, em seus programas de ação para necessidade de articulação com setores não indígenas das sociedades nacionais, especialmente com o campesinato. Além disso, vêm conseguindo considerável unidade e alinhamento internacional, o que é considerado, no mínimo, indesejável. A abertura de um espaço para as reivindicações indígenas, a nível partidário é, sem sombra de dúvida, um desdobramento desta luta e não deve ser de modo algum interpretado como um momento de ascensão individual na carreira de um líder mas, sobretudo, como / uma estratégia legítima de ação política, que deverá levar à conquista de novas bases jurídicas de representatividade para as minorias étnicas do país.

30/12/82



---

Claudia Menezes

- Antropóloga -

- Pesquisadora -